

# Direito Administrativo Simplificado

Apresentação *Ministro Benedito Gonçalves*  
*Ministro Humberto Martins*  
Prefácio *Ministro Luiz Alberto Gurgel de Faria*

Copyright © 2022 by Editora Letramento  
 Copyright © 2022 by José Wilson Granjeiro  
 Copyright © 2022 by Renato Borelli

Diretor Editorial | Gustavo Abreu  
 Diretor Administrativo | Júnior Caudereto  
 Diretor Financeiro | Cláudio Macedo  
 Logística | Vinícius Santiago  
 Comunicação e Marketing | Giulia Staar  
 Assistente de Marketing | Carol Pires  
 Assistente Editorial | Mateos Moreno e Sarah Júlia Guerra  
 Designer Editorial | Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

1217141

#### CONSELHO EDITORIAL JURÍDICO

Alessandra Mara de Freitas Silva	Henrique Garbellini Carnio
Alexandre Moraes da Rosa	Henrique Júdice Magalhães
Bruno Miragem	Leonardo Isaac Yarochevsky
Carlos Maria Cárcova	Lucas Moraes Martins
Cássio Augusto de Barros Brant	Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme
Cristian Kiefer da Silva	Nuno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo
Cristiane Dupret	Onofre Alves Batista Júnior
Edson Nakata Jr	Renata de Lima Rodrigues
Georges Abboud	Salah H. Khaled Jr
Henderson Fürst	Willis Santiago Guerra Filho.

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G759d	Granjeiro, José Wilson
Direito Administrativo Simplificado / José Wilson Granjeiro, Renato Borelli. - Belo Horizonte, MG : Casa do Direito, 2022. 1022 p. ; 15,5cm x 22,5cm.	
Inclui bibliografia e anexo. ISBN: 978-65-5932-173-5	
I. Direito. 2. Direito administrativo. I. Borelli, Renato. II. Título.	
2022-1250	CDD 341.3 C DU 342.9

Elaborado por Odílio Hilário Moreira Junior - CRB-8/9949

#### Índice para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo 341.3
2. Direito administrativo 342.9



Rua Magnólia, 1086 | Bairro Caiçara  
 Belo Horizonte, Minas Gerais | CEP 30770-020  
 Telefone 31 3327-5771



CASA DO DIREITO  
 é o selo jurídico do Grupo  
 Editorial Letramento

<b>17</b>	<b>APRESENTAÇÃO DA OBRA</b> Ministro <b>Humberto Martins</b>	<b>38</b>	1.1. FORMA DE ESTADO
<b>18</b>	<b>PREFÁCIO</b> <b>Luiz Alberto Gurgel de Faria</b>	<b>39</b>	1.2. FEDERAÇÃO: HISTÓRICO
<b>21</b>	<b>PREFÁCIO</b> Benedito Gonçalves	<b>39</b>	1.3. UNIÃO FEDERAL
<b>22</b>	<b>CAPÍTULO 1 DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	<b>40</b>	1.4. SISTEMAS OU REGIMES DE GOVERNO
<b>22</b>	<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>41</b>	1.5. FORMA DE GOVERNO
<b>23</b>	1.1. FUNÇÕES DO ESTADO	<b>42</b>	<b>2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>
<b>24</b>	TEORIA DA TRIPARTIÇÃO DOS PODERES NA VISÃO DA DOCTRINA ATUAL	<b>43</b>	<b>3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: SENTIDOS</b>
<b>25</b>	EVOLUÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	<b>44</b>	3.1. SENTIDO SUBJETIVO, FORMAL, ORGÂNICO
<b>26</b>	<b>2. SISTEMA DE CONTROLE JUDICIAL</b>	<b>45</b>	3.2. SENTIDO OBJETIVO, MATERIAL, FUNCIONAL
<b>28</b>	NATUREZA JURÍDICA DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	<b>48</b>	<b>CAPÍTULO 3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIÃO: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA</b>
<b>29</b>	<b>3. NATUREZA JURÍDICA</b>	<b>48</b>	<b>1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>
<b>29</b>	<b>4. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO</b>	<b>48</b>	1.1. ENTIDADES POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS
<b>31</b>	<b>5. CONCEITO</b>	<b>49</b>	1.2. CENTRALIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO
<b>31</b>	<b>6. FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	<b>54</b>	1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
<b>35</b>	SÚMULAS VINCULANTES SOBRE MATÉRIA ADMINISTRATIVA	<b>55</b>	1.4. ADMINISTRAÇÃO DIRETA
<b>38</b>	<b>CAPÍTULO 2 ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>57</b>	1.4.1. TEORIAS
<b>38</b>	<b>1. ELEMENTOS DO ESTADO</b>	<b>59</b>	1.4.2. AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA
		<b>60</b>	1.4.3. CLASSIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS
		<b>60</b>	1.4.3.1. Quanto à posição estatal
		<b>61</b>	1.4.3.2. Quanto à estrutura
		<b>62</b>	1.4.3.3. Quanto à atuação funcional

- 63** 1.5. **ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**
- 64** 1.5.1. AUTARQUIAS
- 65** 1.5.1.1. Principais características das autarquias
- 76** 1.5.1.2. Autarquias profissionais (ou corporativas)
- 79** 1.5.1.3. Autarquias especiais ou sob regime especial
- 96** 1.5.1.4. Consórcios públicos
- 102** 1.5.1.5. Convênios
- 105** 1.5.2. **FUNDAÇÕES PÚBLICAS**
- 107** 1.5.2.1. Natureza jurídica das fundações
- 108** 1.5.2.2. Criação
- 109** 1.5.2.3. Características das fundações de direito público
- 110** 1.5.2.4. Características das fundações de direito privado
- 111** 1.5.3. **EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**
- 113** 1.5.3.1. Criação e extinção
- 114** 1.5.3.2. Regime jurídico
- 115** 1.5.3.3. Pessoal
- 118** 1.5.3.4. A forma jurídica
- 118** 1.5.3.5. Composição do capital
- 119** 1.5.3.6. Regime tributário e imunidade tributária
- 122** 1.5.3.7. Bens
- 124** 1.5.3.8. Falência
- 125** 1.5.3.9. Responsabilidade civil
- 127** 1.5.3.10. Atos e contratos
- 127** 1.5.3.11. Foro processual
- 128** 1.5.3.12. Controle
- 129** 1.5.3.13. Principais distinções entre empresas pública e sociedade de economia mista
- 130** **CAPÍTULO 4**  
**ENTIDADES PARAESTATAIS E O TERCEIRO SETOR**
- 130** **1. ENTIDADES PARAESTATAIS**
- 131** **1.1. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS (SISTEMAS)**
- 133** 1.1.1. RECURSOS FINANCEIROS
- 133** 1.1.2. CONTROLE
- 135** 1.1.3. LICITAÇÃO
- 136** 1.1.4. PERSONALIDADE
- 137** **1.2. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OSS)**
- 138** 1.2.1. CONTRATO DE GESTÃO
- 140** 1.2.2. LICITAÇÃO
- 142** **1.3. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPS)**
- 144** 1.3.1. QUALIFICAÇÃO COMO OSCIP
- 147** 1.3.2. LICITAÇÃO
- 148** 1.3.3. DISTINÇÕES ENTRE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO
- 148** **1.4. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)**
- 158** **1.5. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS**
- 161** **1.6. ENTIDADES DE APOIO**
- 164** **CAPÍTULO 5**  
**PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 164** **1. INTRODUÇÃO**
- 164** **2. PRINCÍPIOS EXPRESSOS**
- 166** **2.1. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE**
- 167** 2.1.1. ASPECTOS
- 169** **2.2. PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE**
- 171** **2.3. PRINCÍPIO DA MORALIDADE**
- 178** **2.4. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE**
- 180** 2.4.1. DIVULGAÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

182	2.5.	PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	221	5.3.	FORMA
<b>184</b>	<b>3.</b>	<b>PRINCÍPIOS RECONHECIDOS</b>	<b>223</b>	5.4.	<b>MOTIVO</b>
184	3.1.	PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO	<b>224</b>	5.4.1.	MOTIVO E MOTIVAÇÃO
187	3.2.	PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA	<b>227</b>	5.4.2.	TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES
189	3.3.	PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	<b>229</b>	5.5.	<b>OBJETO (OU CONTEÚDO)</b>
191	3.4.	PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE	<b>230</b>	5.5.1	DIFERENÇA ENTRE OBJETO E FINALIDADE
192	3.5.	PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	<b>230</b>	<b>6.</b>	<b>DISPOSIÇÕES FINAIS</b>
195	3.6.	PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	<b>231</b>	<b>7.</b>	<b>MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO</b>
198	3.7.	PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE	<b>235</b>	<b>8.</b>	<b>ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO</b>
199	3.8.	PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE OU DE VERACIDADE	<b>235</b>	8.1.	PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE
199	3.9.	PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE	<b>236</b>	8.2.	PRESUNÇÃO DE VERACIDADE
200	3.10.	PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	<b>238</b>	8.3.	AUTOEXECUTORIEDADE
<b>202</b>		<b>CAPÍTULO 6 ATOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>241</b>	8.4.	IMPERATIVIDADE
<b>202</b>	<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>243</b>	8.5.	TIPICIDADE
202	1.1.	ATOS JURÍDICOS E ATOS ADMINISTRATIVOS	<b>244</b>	<b>9.</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS</b>
203	1.2.	FATOS JURÍDICOS	244	9.1.	QUANTO AOS DESTINATÁRIOS
204	1.3.	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO	246	9.2.	QUANTO AOS EFEITOS
<b>206</b>	<b>2.</b>	<b>FATOS ADMINISTRATIVOS</b>	247	9.3.	QUANTO À POSIÇÃO JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO
<b>207</b>	<b>3.</b>	<b>O SILÊNCIO DA ADMINISTRAÇÃO</b>	248	9.4.	ATOS DE EXPEDIENTE
<b>208</b>	<b>4.</b>	<b>CONCEITO</b>	248	9.5.	QUANTO AO REGRAMENTO
<b>211</b>	<b>5.</b>	<b>REQUISITOS OU ELEMENTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS</b>	251	9.6.	QUANTO À FORMAÇÃO
212	5.1.	COMPETÊNCIA (SUJEITO COMPETENTE)	254	9.7.	QUANTO AO CONTEÚDO
218	5.2.	FINALIDADE	256	9.8.	ATO VÁLIDO, NULO, INEXISTENTE E ANULÁVEL
			257	9.9.	QUANTO À EXEQUIBILIDADE
			258	9.10.	QUANTO À EFICÁCIA DO ATO

<b>261</b>	<b>CAPÍTULO 7 PODERES E DEVERES ADMINISTRATIVOS</b>	<b>304</b>	<b>2.1. AGENTES POLÍTICOS</b>
<b>261</b>	<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>305</b>	<b>2.2. AGENTES ADMINISTRATIVOS</b>
<b>262</b>	<b>2. PODERES DO ADMINISTRADOR PÚBLICO</b>	<b>306</b>	<b>2.3. AGENTES HONORÍFICOS</b>
<b>262</b>	<b>2.1. PODER DISCRICIONÁRIO</b>	<b>307</b>	<b>2.4. AGENTES DELEGADOS</b>
<b>263</b>	<b>2.2. PODER VINCULADO</b>	<b>307</b>	<b>2.5. AGENTES CREDENCIADOS</b>
<b>265</b>	<b>2.3. PODER HIERÁRQUICO</b>	<b>309</b>	<b>3. CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS (PROPOSTA POR MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO)</b>
<b>267</b>	<b>2.4. PODER DISCIPLINAR</b>	<b>309</b>	<b>3.1. AGENTES POLÍTICOS</b>
<b>271</b>	<b>2.5. PODER REGULAMENTAR</b>	<b>310</b>	<b>3.2. SERVIDORES PÚBLICOS</b>
<b>277</b>	<b>2.6. PODER DE POLÍCIA</b>	<b>310</b>	<b>3.3. MILITARES</b>
<b>279</b>	<b>2.6.1. EXTENSÃO E LIMITES</b>	<b>310</b>	<b>3.4. PARTICULARES EM COLABORAÇÃO COM O PODER PÚBLICOS</b>
<b>280</b>	<b>2.6.2. POLÍCIA ADMINISTRATIVA E POLÍCIA JUDICIÁRIA</b>	<b>312</b>	<b>CAPÍTULO 9 DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS E O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO (LEI N. 8.112/1990)</b>
<b>283</b>	<b>2.6.3. PODER DE POLÍCIA ORIGINÁRIO E DELEGADO</b>	<b>312</b>	<b>1. INTRODUÇÃO</b>
<b>285</b>	<b>2.6.4. MEIOS DE ATUAÇÃO</b>	<b>314</b>	<b>2. REGIME ESTATURÁRIO</b>
<b>287</b>	<b>2.6.5. DETERMINAÇÕES E CONSENTIMENTOS ESTATAIS</b>	<b>315</b>	<b>3. CARGO PÚBLICO</b>
<b>290</b>	<b>2.6.6. PODER DE POLÍCIA: ATIVIDADE NEGATIVA OU POSITIVA?</b>	<b>317</b>	<b>3.1. CRIAÇÃO DE CARGO PÚBLICO</b>
<b>292</b>	<b>2.6.7. CICLO DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA</b>	<b>318</b>	<b>3.2. ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO</b>
<b>294</b>	<b>2.6.8. ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA (CARACTERÍSTICAS)</b>	<b>320</b>	<b>3.2.1. ACUMULAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO</b>
<b>294</b>	<b>2.6.8.1. 2.6.8.1 Discrecionariiedade</b>	<b>323</b>	<b>4. CONCURSO PÚBLICO</b>
<b>295</b>	<b>2.6.8.2. Autoexecutoriedade</b>	<b>326</b>	<b>4.1. RESULTADO DO CONCURSO</b>
<b>298</b>	<b>2.6.8.3. Coercibilidade</b>	<b>326</b>	<b>4.1.1. INVESTIGAÇÃO SOCIAL</b>
<b>299</b>	<b>2.6.9. PRESCRIÇÃO</b>	<b>327</b>	<b>4.1.2. QUESTÕES SOBRE TEMAS NÃO RELACIONADOS NO EDITAL DO CONCURSO</b>
<b>300</b>	<b>2.7. USO E ABUSO DO PODER</b>		
<b>302</b>	<b>2.7.1. CONTROLE</b>		
<b>303</b>	<b>CAPÍTULO 8 AGENTES PÚBLICOS</b>		
<b>303</b>	<b>1. INTRODUÇÃO</b>		
<b>304</b>	<b>2. CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS</b>		

- 327** 4.1.3. ALTERAÇÃO DO GABARITO DE QUESTÕES REALIZADO PELO PODER JUDICIÁRIO
- 329** 4.1.4. EXAME PSICOTÉCNICO
- 330** 4.1.5. SEXO E IDADE COMO REQUISITOS DE POSSE
- 330** 4.1.6. RESERVA DE PERCENTUAL DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS
- 333** **5. NOMEAÇÃO**
- 333** 5.1. QUESTÕES REFERENTES À NOMEAÇÃO
- 336** **6. POSSE**
- 337** **7. EXERCÍCIO**
- 340** **8. ESTÁGIO PROBATÓRIO**
- 343** 8.1. QUESTÕES REFERENTES AO ESTÁGIO PROBATÓRIO
- 344** **9. DEMISSÃO E EXONERAÇÃO**
- 345** **10. PERDA DO CARGO SE ESTÁVEL**
- 347** **11. PROVIMENTO**
- 348** 11.1. PROVIMENTO ORIGINÁRIO
- 348** 11.1.1. NOMEAÇÃO
- 349** 11.2. PROVIMENTO DERIVADO
- 349** 11.2.1. PROMOÇÃO
- 349** 11.2.2. READAPTAÇÃO
- 350** 11.2.3. REVERSÃO
- 351** 11.2.4. REINTEGRAÇÃO
- 354** 11.2.5. RECONDUÇÃO
- 357** 11.2.6. APROVEITAMENTO
- 359** **12. VACÂNCIA**
- 360** **13. DISPONIBILIDADE**
- 361** **14. REMOÇÃO**
- 363** **15. REDISTRIBUIÇÃO**
- 364** **16. SUBSTITUIÇÃO**
- 366** **17. VENCIMENTO E REMUNERAÇÃO**
- 369** **18. REPOSIÇÕES E INDENIZAÇÕES AO ERÁRIO**
- 370** **19. VANTAGENS**
- 370** 19.1. INDENIZAÇÕES
- 371** 19.1.1. AJUDA DE CUSTO
- 371** 19.1.2. DIÁRIAS
- 372** 19.1.3. TRANSPORTE
- 372** 19.1.4. AUXÍLIO-MORADIA
- 376** 19.2. GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS
- 376** 19.2.1. RETRIBUIÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO, CHEFIA E ACESSORAMENTO
- 376** 19.2.2. GRATIFICAÇÃO NATALINA
- 377** 19.2.3. ADICIONAL PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES INSALUBRES, PERIGOSAS OU PENOSAS
- 378** 19.2.4. ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
- 378** 19.2.5. ADICIONAL NOTURNO
- 379** 19.2.6. GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO
- 381** **20. FÉRIAS**
- 382** **21. LICENÇAS**
- 383** 21.1. LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA
- 384** 21.2. LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE
- 385** 21.3. LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR
- 385** **22. LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**

- 385** 22.1. LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO
- 386** 22.2. LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES
- 387** 22.3. LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA
- 388** 22.4. LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
- 388** 22.5. LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E LICENÇA-PATERNIDADE
- 390** **23. DOS AFASTAMENTOS**
- 390** 23.1. SERVIR A OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE
- 391** 23.2. AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO
- 393** 23.3. PARA ESTUDO OU MISSÃO NO EXTERIOR
- 394** 23.4. AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO PAÍS
- 395** **24. DAS CONCESSÕES ESPECIAIS**
- 396** **25. DO DIREITO DE PETIÇÃO**
- 398** **26. REGIME DISCIPLINAR**
- 398** 26.1. DEVERES DO SERVIDOR
- 399** 26.2. PROIBIÇÕES
- 401** 26.3. PENALIDADES
- 402** 26.3.1. ADVERTÊNCIA
- 403** 26.3.2. SUSPENSÃO
- 404** 26.3.3. DEMISSÃO
- 407** 26.3.4. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA OU DISPONIBILIDADE
- 407** 26.3.5. DESTITUIÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO
- 409** **27. RESPONSABILIDADES**
- 416** **28. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA**
- 418** 28.1. SINDICÂNCIA
- 419** 28.2. O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
- 420** 28.2.1. FASES DO PROCESSO
- 424** 28.2.2. AFASTAMENTO PREVENTIVO
- 424** 28.2.3. REVISÃO DO PROCESSO
- 426** 28.2.4. RITO SUMÁRIO
- 429** **CAPÍTULO 10 SERVIÇOS PÚBLICOS**
- 429** **1. INTRODUÇÃO**
- 431** 1.1. MODALIDADES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
- 432** 1.2. REGIME DE EXECUÇÃO
- 435** **2. CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO: EVOLUÇÃO**
- 436** 2.1. SERVIÇO PÚBLICO EM SENTIDO AMPLO E EM SENTIDO RESTRITO
- 437** 2.2. ELEMENTOS QUE COMPÕEM O CONCEITO
- 438** 2.3. CONCEITO ATUAL
- 439** **3. CLASSIFICAÇÃO**
- 439** 3.1. SERVIÇOS DELEGÁVEIS E INDELEGÁVEIS
- 439** 3.2. QUANTO AO OBJETO: SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, SERVIÇOS COMERCIAIS OU INDUSTRIAIS E SERVIÇOS SOCIAIS
- 440** 3.3. SERVIÇOS COLETIVOS E SINGULARES
- 441** **4. COMPETÊNCIA PARA INSTITUIR SERVIÇOS PÚBLICOS**
- 443** 4.1. FONTE INFRACONSTITUCIONAL



<b>444</b>	<b>5. PRINCÍPIOS DO SERVIÇO PÚBLICO</b>	<b>474</b>	11.4. FORMAS DE REMUNERAÇÃO
<b>444</b>	5.1. PRINCÍPIO DA GENERALIDADE	<b>475</b>	11.5. LICITAÇÃO
<b>444</b>	5.2. PRINCÍPIO DA MODICIDADE	<b>476</b>	11.6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO
<b>445</b>	5.2.1. TARIFA, TAXA E IMPOSTOS	<b>481</b>	<b>CAPÍTULO 11 PATRIMÔNIO E BENS PÚBLICOS</b>
<b>447</b>	5.3. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE	<b>481</b>	<b>1. DOMÍNIO PÚBLICO</b>
<b>451</b>	5.4. PRINCÍPIO DA MUTABILIDADE DO REGIME JURÍDICO	<b>481</b>	<b>2. BENS PÚBLICOS</b>
<b>451</b>	5.5. PRINCÍPIO DA ATUALIDADE	<b>481</b>	2.1. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS
<b>452</b>	<b>6. REGULAMENTAÇÃO E CONTROLE</b>	<b>482</b>	<b>3. SERVIÇOS PÚBLICOS: MODALIDADES E FORMAS DE PRESTAÇÃO</b>
<b>452</b>	<b>7. MODALIDADES DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (LEI N. 8.987/1995)</b>	<b>486</b>	<b>4. ALIENAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS</b>
<b>453</b>	7.1. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	<b>488</b>	<b>CAPÍTULO 12 INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NA PROPRIEDADE PRIVADA</b>
<b>453</b>	7.1.1. EXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO	<b>488</b>	<b>1. INTRODUÇÃO</b>
<b>454</b>	7.1.2. POLÍTICA TARIFÁRIA	<b>489</b>	1.1. COMPETÊNCIA
<b>456</b>	7.1.3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONCESSIONÁRIO	<b>489</b>	<b>2. FORMAS</b>
<b>456</b>	7.1.4. PRAZO DA CONCESSÃO	<b>489</b>	2.1. DESAPROPRIAÇÃO
<b>457</b>	7.1.5. CONTRATO DE CONCESSÃO	<b>491</b>	2.1.1. COMPETÊNCIA PARA DESAPROPRIAÇÃO
<b>458</b>	<b>7.2. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PRECEDIDA DA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA</b>	<b>495</b>	2.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA
<b>461</b>	<b>8. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO (OU DA PERMISSÃO)</b>	<b>496</b>	2.3. REQUISIÇÃO
<b>467</b>	<b>9. PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	<b>498</b>	2.4. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA
<b>470</b>	<b>10. SERVIÇOS AUTORIZADOS</b>	<b>499</b>	2.5. LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA
<b>471</b>	<b>11. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS</b>	<b>500</b>	2.6. TOMBAMENTO
<b>472</b>	11.1. DISPOSITIVO LEGAL		
<b>473</b>	11.2. CONCESSÃO PATROCINADA		
<b>474</b>	11.3. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA		

- 502**      **CAPÍTULO 13**  
**RESPONSABILIDADE**  
**CIVIL DO ESTADO**
- 502**      **1. INTRODUÇÃO**
- 503**      1.1. EVOLUÇÃO DAS  
TEORIAS ACERCA DA  
RESPONSABILIDADE  
CIVIL DO ESTADO
- 503**      1.1.1. IRRESPONSABILIDADE  
DO ESTADO
- 503**      1.1.2. RESPONSABILIDADE COM  
CULPA CIVIL DO ESTADO
- 504**      1.1.3. TEORIA DA CULPA  
ADMINISTRATIVA
- 505**      1.1.4. TEORIA DO RISCO  
ADMINISTRATIVO
- 508**      1.1.5. TEORIA DO RISCO INTEGRAL
- 509**      **2. RESPONSABILIDADE CIVIL**  
**OBJETIVA: ABRANGÊNCIA**
- 510**      2.1. CASO ESPECÍFICO DOS  
DELEGATÁRIOS DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS
- 514**      **3. CAUSAS EXCLUDENTES**  
**DA RESPONSABILIDADE**
- 514**      3.1. FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO
- 515**      3.2. CULPA EXCLUSIVA DO LESADO
- 515**      **4. CULPA CONCORRENTE**
- 516**      **5. DANO DE OBRA**
- 517**      **6. RESPONSABILIDADE POR**  
**CONDUTAS OMISSIVAS**
- 517**      6.1. REGRA GERAL
- 518**      6.2. PESSOAS OU BENS SOB  
A RESPONSABILIDADE  
DO ESTADO
- 521**      6.3. DANOS NUCLEARES
- 521**      6.4. A RESPONSABILIDADE DO  
ESTADO QUANTO AO FORAGIDO
- 522**      **7. DIREITO DE REGRESSO**
- 522**      **8. SUJEITO PASSIVO**
- 523**      **9. DENUNCIAÇÃO DA LIDE**
- 523**      **10. ATOS LEGISLATIVOS**
- 525**      **11. ATOS JUDICIAIS**
- 526**      **12. RESPONSABILIDADE**  
**CIVIL DO ESTADO POR**  
**CONDUTAS OMISSIVAS E**  
**A RESERVA DO POSSÍVEL**
- 530**      **13. DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 532**      **CAPÍTULO 14**  
**CONTROLE DA**  
**ADMINISTRAÇÃO**  
**PÚBLICA**
- 532**      **1. INTRODUÇÃO**
- 533**      **2. CLASSIFICAÇÃO DAS**  
**FORMAS DE CONTROLE**
- 533**      2.1. QUANTO À EXTENSÃO  
DO CONTROLE
- 533**      2.1.1. CONTROLE INTERNO
- 534**      2.1.2. CONTROLE EXTERNO
- 535**      **3. QUANTO AO MOMENTO**  
**DO CONTROLE**
- 535**      3.1. CONTROLE PRÉVIO
- 535**      3.2. CONTROLE CONCOMITANTE
- 535**      3.3. CONTROLE POSTERIOR  
OU CORRETIVO
- 536**      **4. CONTROLE**  
**ADMINISTRATIVO**
- 537**      4.1. MEIOS DE CONTROLE  
ADMINISTRATIVOS
- 537**      4.1.1. CONTROLE DE MÉRITO
- 538**      4.1.2. CONTROLE MINISTERIAL
- 538**      4.1.3. DIREITO DE PETIÇÃO
- 540**      4.1.3.1. Pedido de reconsideração

- 541** 4.1.3.2. Recursos administrativos
- 544** 4.1.3.3. Revisão do processo
- 545** 4.1.3.4. Reclamação administrativa ao STF
- 547** 4.1.3.5. Representação
- 548** 4.1.4. COISA JULGADA ADMINISTRATIVA
- 549** **5. CONTROLE LEGISLATIVO**
- 549** 5.1. CONTROLE POLÍTICO-ADMINISTRATIVO
- 553** 5.2. CONTROLE FINANCEIRO-ORÇAMENTÁRIO
- 556** 5.2.1. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
- 556** 5.2.1.1. Composição
- 557** 5.2.1.2. Posição institucional
- 558** 5.2.1.3. Natureza jurídica das decisões dos Tribunais de Contas
- 559** 5.2.1.4. Controle de atos administrativos e contratos pelo TCU
- 560** 5.3. CONTROLE JUDICIÁRIO
- 561** 5.3.1. CONTROLE JUDICIAL EM ESPÉCIE
- 561** 5.3.1.1. Mandado de segurança individual
- 565** 5.3.1.2. Mandado de segurança coletivo
- 566** 5.3.1.3. Ação popular
- 568** 5.3.1.4. Ação civil pública
- 572** **CAPÍTULO 15**  
**LEI N. 9.784/1999**  
**PROCESSO**  
**ADMINISTRATIVO**  
**NA ADMINISTRAÇÃO**  
**FEDERAL**
- 572** **1. INTRODUÇÃO**
- 574** **2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**
- 574** 2.1. LEGALIDADE OBJETIVA
- 574** 2.2. OFICIALIDADE (PRINCÍPIO DO IMPULSO OFICIAL)
- 574** 2.3. INFORMALISMO
- 575** 2.4. VERDADE MATERIAL
- 576** 2.5. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA
- 576** **3. PRINCÍPIOS EXPRESSOS NA LEI N. 9.784/1999**
- 578** **4. DIREITOS DO ADMINISTRADO**
- 579** **5. INÍCIO DO PROCESSO**
- 580** **6. COMPETÊNCIA**
- 580** 6.1. DELEGAÇÃO
- 582** 6.2. AVOCAÇÃO
- 583** **7. IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO**
- 584** **8. FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO**
- 585** **9. INTIMAÇÃO DO INTERESSADO**
- 587** **10. INSTRUÇÃO**
- 590** **11. DECISÃO DO PROCESSO**
- 590** **12. MOTIVAÇÃO**
- 591** **13. DESISTÊNCIA E EXTINÇÃO DO PROCESSO**
- 592** **14. ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO**
- 594** **15. RECURSO ADMINISTRATIVO E REVISÃO**
- 598** **16. DECISÃO DE RECURSO CONTRA SÚMULA DO STF**
- 598** **17. CONTAGEM DOS PRAZOS**

<b>600</b>	<b>CAPÍTULO 16</b>	<b>628</b>	<b>7. APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE IRPF</b>
	<b>LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>		
<b>600</b>	<b>1. BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS</b>	<b>629</b>	<b>8. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E PROCESSO JUDICIAL</b>
<b>603</b>	<b>2. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>	<b>630</b>	8.1. LEGITIMIDADE ATIVA
<b>605</b>	<b>3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA LEI N. 8.429/1992</b>	<b>631</b>	8.2. COMPETÊNCIA
<b>605</b>	3.1. ASPECTOS GERAIS	<b>631</b>	8.3. PETIÇÃO INICIAL
<b>605</b>	3.2. SUJEITO PASSIVO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	<b>632</b>	8.4. RITO PROCESSUAL (PROCEDIMENTO)
<b>608</b>	3.3. SUJEITO ATIVO	<b>637</b>	8.5. SENTENÇA: REQUISITOS E EFEITOS
<b>612</b>	3.4. DEMAIS DISPOSIÇÕES GERAIS	<b>639</b>	8.6. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL
<b>613</b>	<b>4. CONDUTAS ÍMPROBAS (ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM ESPÉCIE)</b>	<b>640</b>	8.7. DISPOSIÇÕES PENAIS
<b>613</b>	4.1. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE IMPORTAM ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	<b>642</b>	<b>9. PRESCRIÇÃO</b>
<b>615</b>	4.2. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO	<b>645</b>	<b>10. QUADROS-RESUMO</b>
<b>618</b>	4.3. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	<b>647</b>	<b>11. JURISPRUDÊNCIA EM TESES</b>
<b>620</b>	<b>5. ELEMENTO SUBJETIVO DA CONDUTA ÍMPROBA</b>	<b>659</b>	<b>CAPÍTULO 17</b>
<b>621</b>	<b>6. SANÇÕES IMPOSTAS À PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>		<b>LEI N. 12.527/2011</b>
		<b>659</b>	<b>1. INTRODUÇÃO</b>
		<b>661</b>	<b>2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DE LEI N. 12.527/2011</b>
		<b>661</b>	<b>3. OBJETIVO</b>
		<b>662</b>	<b>4. DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO</b>
		<b>663</b>	4.1. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO À INFORMAÇÃO
		<b>664</b>	<b>5. PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO</b>
		<b>665</b>	<b>6. RECURSOS</b>

- 667 7. RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO**
- 667 7.1. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO**
- 669 7.2. PROCEDIMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO**
- 669 8. INFORMAÇÕES PESSOAIS**
- 670 8.1. DIREITO A INTIMIDADE E DIVULGAÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS**
- 671 9. RESPONSABILIDADES**
- 673 10. COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES**
- 676 CAPÍTULO 18  
LEI N. 14.133/2021**
- 676 1. LICITAÇÕES PÚBLICAS: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS**
- 676 1.1. LEI N. 14.133/2021: A NOVA LEI GERAL DE LICITAÇÕES**
- 678 1.2. O DEVER DE LICITAR: FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS**
- 680 1.3. FINALIDADES DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**
- 683 1.4. CONCEITO DE LICITAÇÃO**
- 685 1.5. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA**
- 685 1.5.1. A NATUREZA JURÍDICA DA LEI N. 14.133/2021**
- 685 1.5.2. COMPETÊNCIA PRIVATIVA OU COMPETÊNCIA CONCORRENTE?**
- 687 1.6. PRESSUPOSTOS**
- 688 1.7. EXTENSÃO MATERIAL DA LEI N. 14.133/2021**
- 689 1.8. EXTENSÃO PESSOAL DA LEI N. 14.133/2021**
- 690 1.8.1. CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR REPARTIÇÕES PÚBLICAS SEDIADAS NO EXTERIOR**
- 690 1.8.2. CONTRATAÇÕES QUE ENVOLVAM RECURSOS ESTRANGEIROS**
- 691 1.8.3. CONTRATAÇÕES RELATIVAS À GESTÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS**
- 692 1.8.4. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS (SISTEMA "S")**
- 692 1.8.5. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS)**
- 692 1.8.6. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPS)**
- 693 1.8.7. CONSELHOS DE CLASSE**
- 693 2. OS PRINCÍPIOS REGENTES DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS**
- 708 3. MODALIDADES DE LICITAÇÃO**
- 709 3.1. PREGÃO**
- 710 3.1.1. HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA BENS E SERVIÇOS COMUNS**
- 710 3.1.2. HIPÓTESES DE NÃO INCIDÊNCIA**
- 711 3.1.3. CONDUÇÃO E PROCEDIMENTO**
- 712 3.2. CONCORRÊNCIA**
- 712 3.2.1. HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA**
- 713 3.2.2. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**
- 713 3.2.3. CONDUÇÃO E PROCEDIMENTO**
- 714 3.3. CONCURSO**
- 715 3.3.1. PROCEDIMENTO**
- 715 3.4. LEILÃO**
- 716 3.4.1. CONDUÇÃO E PROCEDIMENTO**
- 718 3.5. DIÁLOGO COMPETITIVO**
- 719 3.5.1. HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA**
- 720 3.5.2. PROCEDIMENTO**
- 721 3.5.2.1. Fase de diálogo**

- 723** 3.5.2.2 Fase competitiva
- 724** 3.6. CONSULTA
- 724** **4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**
- 725** 4.1. MENOR PREÇO E MAIOR DESCONTO
- 727** 4.2. MELHOR TÉCNICA OU CONTEÚDO ARTÍSTICO
- 728** 4.3. TÉCNICA E PREÇO
- 730** 4.4. MAIOR LANCE
- 731** 4.5. MAIOR RETORNO ECONÔMICO
- 733** **5. PROCEDIMENTOS AUXILIARES**
- 734** 5.1. CREDENCIAMENTO
- 734** 5.1.1. CONCEITO
- 735** 5.1.2. HIPÓTESES DE UTILIZAÇÃO
- 736** 5.1.3. REGRAS GERAIS
- 736** 5.2. PRÉ-QUALIFICAÇÃO
- 736** 5.2.1. CONCEITO
- 737** 5.2.2. HIPÓTESES DE UTILIZAÇÃO
- 738** 5.2.3. REGRAS GERAIS
- 739** 5.3. PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI)
- 739** 5.3.1. CONCEITO
- 740** 5.3.2. 5.3.2 REGRAS GERAIS
- 741** 5.4. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
- 741** 5.4.1. CONCEITO
- 741** 5.4.2. HIPÓTESES DE UTILIZAÇÃO
- 742** 5.4.3. REGRAS GERAIS
- 744** 5.4.4. PROCEDIMENTO
- 748** 5.4.5. VEDAÇÃO DE ADESÃO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS
- 748** 5.5. REGISTRO CADASTRAL
- 750** **6. FASES DA LICITAÇÃO**
- 751** 6.1. FASE PREPARATÓRIA
- 752** 6.1.1. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- 753** 6.1.2. ELABORAÇÃO DO EDITAL
- 753** 6.1.2.1. Regras gerais
- 754** 6.1.2.2. *Contratações de grande vulto*
- 755** 6.1.3. ANÁLISE JURÍDICA
- 755** 6.1.4. PUBLICIDADE DO EDITAL
- 756** 6.1.5. ANTECEDÊNCIA MÍNIMA
- 757** 6.2. FASE EXTERNA
- 757** 6.2.1. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
- 758** 6.2.1.1. Antecedência mínima
- 759** 6.2.1.2. Garantia da proposta
- 760** 6.2.2. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 762** 6.2.2.1. Empate na licitação
- 763** 6.2.2.2. Margem de preferência
- 766** 6.2.2.3. Negociação de condições mais vantajosas
- 766** 6.2.3. HABILITAÇÃO
- 769** 6.2.4. FASE RECURSAL
- 770** 6.2.5. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 771** **7. CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO**
- 773** **8. CONTRATAÇÃO DIRETA: LICITAÇÃO DISPENSÁVEL, DISPENSADA E INEXIGÍVEL**
- 775** 8.1. LICITAÇÃO INEXIGÍVEL
- 776** 8.1.1. FORNECEDOR EXCLUSIVO
- 776** 8.1.2. ARTISTA CONSAGRADO PELA CRÍTICA OU PELA OPINIÃO PÚBLICA
- 777** 8.1.3. SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS
- 779** 8.1.4. OBJETOS QUE DEVAM OU POSSAM SER CONTRATADOS POR MEIO DE CREDENCIAMENTO
- 779** 8.1.5. AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL
- 779** 8.2. LICITAÇÃO DISPENSÁVEL
- 785** 8.3. LICITAÇÃO DISPENSADA

- 786** 8.3.1 ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
- 790** 8.3.2 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
- 790** **9. IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RECURSOS**
- 794** **CAPÍTULO 19 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**
- 794** **1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**
- 795** 1.1. CONCEITO
- 795** 1.1.1. CONTRATO ADMINISTRATIVO E CONTRATO DA ADMINISTRAÇÃO
- 797** 1.2. SUJEITOS DO CONTRATO
- 798** 1.3. FONTES NORMATIVAS E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA
- 798** 1.4. REGIME DE TRANSIÇÃO DOS CONTRATOS NA LEI N. 14.133/2021
- 799** **2. CARACTERÍSTICAS GERAIS**
- 799** 2.1. FORMALISMO MODERADO
- 801** 2.2. BILATERALIDADE E CONSENSUALIDADE
- 801** 2.3. COMUTATIVIDADE E ONEROSIDADE
- 802** 2.4. PESSOALIDADE (*INTUITU PERSONAE*—PERSONALÍSSIMO)
- 803** 2.5. CONTRATO DE ADESÃO?
- 803** 2.6. DESEQUILÍBRIO
- 803** 2.7. INSTABILIDADE
- 803** 2.8. MUTABILIDADE
- 804** **3. FORMALIZAÇÃO E DURAÇÃO DOS CONTRATOS**
- 804** 3.1. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 805** 3.1.1. PROCEDIMENTO DE ASSINATURA DO INSTRUMENTO DO CONTRATO (LEI 14 133/2021)
- 806** 3.1.2. DAS GARANTIAS
- 807** 3.1.3. DA ALOCAÇÃO DE RISCOS (MATRIZ DE RISCOS)
- 807** 3.1.4. DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO
- 808** 3.2. DURAÇÃO DOS CONTRATOS
- 810** **4. DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CLÁUSULAS EXORBITANTES)**
- 811** 4.1. ALTERAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO
- 812** 4.2. 4.2 EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO
- 812** 4.3. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
- 813** 4.4. APLICAÇÃO DIRETA DE SANÇÕES
- 813** 4.5. OCUPAÇÃO PROVISÓRIA
- 813** 4.6. MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO
- 814** 4.7. RESTRIÇÃO À OPOSIÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO E PODER DE SUSPENDER A EXECUÇÃO DO CONTRATO
- 815** **5. EXECUÇÃO DO CONTRATO**
- 815** 5.1. RESPONSABILIDADES
- 816** 5.1.1. 5.1.1 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELOS ENCARGOS TRABALHISTAS
- 817** 5.2. PAGAMENTOS
- 818** 5.3. DEVER DE DECISÃO
- 818** **6. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

- 819 6.1. REAJUSTE
- 820 6.1.1 PERIODICIDADE DO REAJUSTE
- 820 6.2. REVISÃO
- 821 6.3. ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA (OU MONETÁRIA)
- 822 6.4. REPACTUAÇÃO
- 823 7. A TEORIA DA IMPREVISÃO: INEXECUÇÃO CONTRATUAL INVOLUNTÁRIA**
- 824 7.1. FATO DO PRÍNCIPE
- 824 7.2. FATO DA ADMINISTRAÇÃO
- 824 7.3. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR
- 825 7.4. INTERFERÊNCIAS IMPREVISTAS
- 825 8. EXTINÇÃO DO CONTRATO**
- 825 8.1. NULIDADE DO CONTRATO
- 827 8.2. RESCISÃO
- 827 8.2.1. RESCISÃO POR CULPA DO CONTRATADO
- 829 8.2.2. RESCISÃO SEM CULPA DO CONTRATADO
- 831 9. RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**
- 831 10. MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**
- 832 11. DAS IRREGULARIDADES E DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES**
- 834 11.1. PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES
- 836 11.2. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA EM ÂMBITO ADMINISTRATIVO
- 836 12. DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES**
- 837 12.1. ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE
- 837 13. CONTRATOS DAS EMPRESAS ESTATAIS (LEI 13.303/2016)**
- 838 13.1. GARANTIA (ART. 70)
- 838 13.2. MATRIZ DE RISCO
- 839 13.3. DURAÇÃO DO CONTRATO
- 839 13.4. ALTERAÇÃO DO CONTRATO
- 839 13.5. TEORIA DA IMPREVISÃO
- 840 13.6. RESPONSABILIDADES
- 840 13.7. SANÇÕES
- 840 13.8. OUTRAS DISPOSIÇÕES IMPORTANTES
- 841 14. CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS**
- 841 14.1. INTRODUÇÃO
- 842 14.2. DIFERENÇAS ENTRE CONVÊNIOS E CONTRATOS
- 842 14.3. REGRAS GERAIS APLICÁVEIS AOS CONVÊNIOS
- 844 14.4. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO MEDIANTE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (DECRETO 6.170/2007)
- 847 CAPÍTULO 20  
CADERNO DE QUESTÕES**
- 847 1. QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS**
- 893 2. GABARITO**
- 895 3. QUESTÕES COMENTADAS**
- 1019 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**